



A importância dos testes toxicológicos na perícia judicial: o papel da Biomedicina e do Direito na busca pela verdade científica e jurídica.

Júlia Jardim Pereira
Lucas Pereira Scopel

A integração entre a Biomedicina e o Direito é fundamental para a construção de provas técnicas e científicas que sustentam decisões judiciais justas e seguras. No contexto da perícia judicial, os exames toxicológicos representam uma ferramenta essencial na identificação de substâncias químicas e drogas no organismo humano, sendo amplamente aplicados em casos de acidentes, crimes, envenenamentos, dopagem esportiva e exames trabalhistas. Este trabalho tem como objetivo analisar o papel dos testes toxicológicos no âmbito forense, destacando a atuação do biomédico perito e os aspectos legais que asseguram a validade dessas provas no processo judicial. A fundamentação teórica aborda o Código de Processo Penal (art. 158), a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), enfatizando a importância da cadeia de custódia, que garante a integridade e autenticidade das amostras coletadas. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e análise descritiva sobre os tipos de testes toxicológicos, diferenciando os exames de triagem, rápidos e qualitativos, dos exames confirmatórios, que utilizam técnicas laboratoriais como cromatografia e espectrometria de massa para identificar substâncias com precisão. Os resultados teóricos demonstram que, embora os testes de triagem sejam úteis em situações emergenciais, apenas os métodos confirmatórios possuem validade jurídica, pois permitem uma análise detalhada e quantitativa das substâncias. Destaca-se ainda o papel ético e técnico do biomédico perito na elaboração de laudos claros e imparciais, contribuindo para a veracidade das provas e para a justiça nos processos. Conclui-se que a atuação conjunta da Biomedicina e do Direito é indispensável para garantir a confiabilidade das perícias toxicológicas, assegurando que as decisões judiciais se baseiem em evidências científicas legítimas e respeitem os princípios legais e éticos.

Palavras-chave: Biomedicina forense; Direito; Toxicologia judicial.